



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2024**

**INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLUNA**

**REQUISITANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

**OBJETO:**

Credenciamento de empresa para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos, conforme descrito no Termo de Referência anexo I do edital, na forma da legislação em vigor.

**RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO:**

**INÍCIO:** 07/03/2024

**TÉRMINO:** Enquanto houver a necessidade da prestação dos serviços.

**LOCAL:**

Através do e-mail [licitacao@coluna.mg.gov.br](mailto:licitacao@coluna.mg.gov.br), ou no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de COLUNA localizado à Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro, Coluna -Mina Gerais.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Os serviços serão remunerados de acordo com os valores previamente estabelecidos definidos no anexo I deste Edital.

As publicações legais relativas ao presente chamamento público ocorrerão no sítio eletrônico do próprio município <https://www.coluna.mg.gov.br>, especialmente as decisões proferidas, que serão publicadas no referido meio eletrônico, incluídas aquelas atinentes a respostas de questionamentos, impugnações e demais atos vinculados a este credenciamento.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2024  
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município De Coluna, inscrito no CNPJ sob o nº 18.307.397/0001-24, sediado à Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro, Coluna -Mina Gerais, Cep: 39.770-000, realizará no período indicadoneste edital, a seleção e o credenciamento para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos,



com critério de julgamento **ORDEM DE CREDENCIAMENTO**, nos termos do artigo 79, Parágrafo Único, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

## **01 - DO OBJETO**

O objeto deste Edital é o credenciamento para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos, conforme descrito no Termo de Referência anexo I do edital, na forma da legislação em vigor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **02 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 Desde que dentro do prazo estabelecido, poderão participar do presente CREDENCIAMENTO as pessoas jurídicas, com objeto social pertinente ao objeto do presente edital, ou pessoas físicas, que se comprometam a regularizar sua situação de Microempresendedor Individual até a data da assinatura do contrato, que possuam capacidade de executar os serviços e que satisfaçam as condições e disposições contidas neste edital e legislação pertinente e ainda:

2.1.1 Não ser agente público (ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo ou função pública) do Município de COLUNA;

2.1.2 Não estar o interessado em mora ou inadimplente com o Município, nem lhe ter causado prejuízo não ressarcido;

2.1.3 Não ter sido descredenciado, nem ter contrato anterior rescindido por iniciativa do Município, salvo mediante apresentação de justificativa aceita pelo Município;

2.1.4 Requerer o credenciamento junto ao Município, apresentando a documentação prevista neste edital.

## **03 - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

3.1 O processo de credenciamento ficará aberto pelo prazo correspondente à execução do objeto, enquanto existir a necessidade dos serviços, visando o ingresso de novos interessados.

3.2 Os interessados poderão solicitar o credenciamento a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e vigente este Edital de Credenciamento.

3.3 Admitir-se-á a remessa do envelope por via postal ou qualquer outro sistema de entrega, desde que entregues no Setor de Licitações no período em que este credenciamento estiver aberto.

3.4 O Município de COLUNA não se responsabilizará se a documentação encaminhada por via postal ou qualquer outro sistema de entrega, por conta e risco exclusivos da remetente, não forem entregues em tempo hábil ao Setor de Licitações.

3.5 As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar do credenciamento.

3.6 A apresentação da documentação implica manifestação do interessado em participar do processo de credenciamento com o Município de COLUNA, aceitação e submissão, independentemente de declaração



expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

#### **04 - DA FASE DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

4.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

4.2 A proposta de credenciamento deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidade, devendo ser seguido o modelo constante no Anexo II deste edital, acompanhada da documentação descrita no item 8 do Termo de Referência Anexo I deste edital.

4.3 Previamente à celebração do Termo de credenciamento/contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça.

4.4 A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital e seus anexos, bem como a presença de documentos incompletos, incorretos, em desacordo com este Edital, com rasuras, entrelinhas ou coma validade expirada, poderá acarretar o indeferimento da proposta, podendo o interessado apresentar novo requerimento escoimado das causas que ensejaram sua inépcia.

4.5 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e terem sido consularizados,notarizados e, se for o caso, registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

4.6 A proposta de credenciamento vincula o proponente, sujeitando-o, integralmente, às condições deste credenciamento.

4.7 Considerar-se-ão habilitado(s) o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências constantes neste edital e seus anexos.

#### **05 - DO DESCREDENCIAMENTO**

5.1 Os credenciamentos regidos por este edital têm caráter precário, podendo, a qualquer momento, a CREDENCIADA ou a administração denunciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do exercício do contraditório e da ampla defesa.

5.2 A CREDENCIADA poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao Município.

5.3 O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles inerentes, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções aplicáveis à inexecução parcial e/ou total dos contratos definidas na Lei nº 14.133/2021;

5.4 No caso de convocação geral de todos os credenciados para a realização do serviço ou fornecimentodo bem, a CREDENCIADA que se declarar impedida de atender às demandas deverá solicitar seu descredenciamento em até 01 (um) dia útil do sorteio.

5.5 O descredenciamento previsto no item 5.3, não proíbe que a CREDENCIADA requeira novo credenciamento para ele ou outro objeto a ser contratado.



5.6 O CREDENCIANTE poderá, a qualquer tempo, avaliar a continuidade do credenciamento, observados, em especial, aos requisitos dispostos no Termo de Credenciamento.

## **06 - DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**

6.1 Os serviços deverão observar as orientações e exigências previstas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## **07 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## **08 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Ao fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurado o contraditório e a ampla defesa:

I - Advertência;

II - Multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.1.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

8.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

8.1.3 - Para efeito deste edital, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

8.1.4 - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

8.1.4.1 Para os fins deste edital, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou



deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

8.1.5 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- I - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar reforço de garantia contratual;
- II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- III - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
  - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsificada durante a licitação ou a execução do contrato;
  - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
  - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
  - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
  - f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

8.1.5.1 Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

8.1.5.2 Considera-se inexecução total do contrato:

- I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
- II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

8.1.5.3 Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:





I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

8.1.6 - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem: I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou IV - judicialmente.

8.1.7 - Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos. II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos. III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

8.1.7 - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsificada durante a licitação ou a execução do contrato:



Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos. II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos. III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos. IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos. V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

8.1.8.1 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 8.1.7, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.1.8.2 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

8.1.9 O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

8.1.9.1 Não se aplica a regra prevista no subitem 8.1.9 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

8.1.9.2 O disposto no subitem 8.1.9 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

8.2 Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

8.2.1 São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão; II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de



responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no subitem 8.1.9 deste edital.

8.2.2 Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

8.2.3 Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

8.3 - São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento; IV - confessar a autoria da infração.

8.4 Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

8.5 As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

## **09 - DA REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1 Os preços, bem como os procedimentos e orientações técnicas relativas ao faturamento e pagamento das despesas, são os constantes da tabela de preço estabelecida no Termo de Referência, anexo I deste edital.

## **10 - DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO**

10.1 A rotina de fiscalização da contratação a que se refere este edital está definida no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

10.2 A administração e a fiscalização pelo CREDENCIANTE não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da CREDENCIADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

## **11 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido





até 3 (três) dias úteis antes da data de início do recebimento da documentação.

11.2 A impugnação e pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@coluna.mg.gov.br](mailto:licitacao@coluna.mg.gov.br), desde que assinada digitalmente, ou por petição dirigida ou protocolada em dias úteis de funcionamento da Prefeitura Municipal de Coluna no endereço: Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro, Município de Coluna, Estado de Minas Gerais, CEP: 39.770-000, no horário de 08:30 as 17:00 horas.

11.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do protocolo do pedido.

11.4 Ante a acolhida da impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação desse procedimento.

11.5 Acolhida a impugnação, será alterado o Edital e novamente publicado, decidindo-se a respeito dos credenciamentos previamente celebrados.

11.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e vincularão os participantes e a administração.

## **12 - DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

12.1 Todos aqueles que preencherem os requisitos exigidos neste edital terão seus requerimentos de credenciamento homologados pela autoridade competente;

12.2 Cumpridas as exigências de habilitação, o credenciamento será homologado, sendo formalizado mediante assinatura de termo de credenciamento ou termo de contrato;

## **13 - DOS RECURSOS**

13.1 Dos atos praticados referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital, caberão recursos administrativos, devendo o interessado apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da resposta negativa.

13.2 Os demais interessados serão notificados da apresentação do recurso, para, querendo, apresentar contrarrazões, em outros 5 (cinco) dias úteis, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

13.3 Os recursos e contrarrazões serão recebidos por meio eletrônico e serão dirigidos ao agente de contratação ou comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-la à autoridade competente para decisão, devidamente informados.

13.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **14 - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

14.1 O credenciamento terá vigência desde a publicação do seu extrato no Diário Oficial do município, perdurando seus efeitos enquanto houver interesse da Administração.

14.2 O prazo de execução dos serviços objeto do Credenciamento perdurará enquanto houver necessidade da prestação de serviços mediante tal modalidade de relação jurídica.

## **15 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste credenciamento.

## **16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 Poderá a Administração revogar o presente procedimento por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao interessado direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei;

16.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este instrumento de credenciamento;

16.3 Os proponentes obrigam-se a observar e guardar sigilo de todos os dados pessoais e profissionais obtidos em decorrência do presente instrumento de credenciamento, e a não utilizar ou divulgar as informações obtidas para qualquer fim, sob as penas da lei civil, penal e correlatas.

16.4 Aplicam-se ao presente credenciamento, naquilo que compatível, a Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

16.5 As informações relativas à classificação/habilitação do(a) CREDENCIADO(A), bem como os avisos relativos a este Credenciamento, poderão ser solicitados por meio do endereço eletrônico [licitacao@coluna.mg.gob.br](mailto:licitacao@coluna.mg.gob.br);

16.6 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

16.7 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.coluna.mg.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço sede do Município de Coluna, sito à Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro, Município de Coluna, Estado de Minas Gerais, CEP: 39.770-000, no Departamento de Licitações, nos dias úteis no horário das 08:30 as 17:00 horas, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.8 Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, em caso de quaisquer alterações.

16.9 Presumem-se como lidas as mensagens eletrônicas enviadas aos licitantes/contratados, após 5 (cinco) dias úteis do envio, a partir de quando os prazos para manifestações e/ou defesa começarão a correr.

16.10 Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo De Referência E ETP

	<p><b>Prefeitura Municipal de Coluna</b> Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000 Tel: (33) 3435-1255 <a href="http://coluna.mg.gov.br/">http://coluna.mg.gov.br/</a></p>	<p>Prefeitura Municipal de Coluna</p> <p>Fls</p> <div data-bbox="1161 179 1311 241" style="border: 1px solid black; width: 80px; height: 20px; margin: 0 auto;"></div> <p>Rubrica</p>
--	---	---

Anexo II – Modelo De Proposta De Credenciamento

Anexo III – Modelo De Declarações

Anexo III – Minuta De Termo De Credenciamento

COLUNA, 04 de março de 2024.

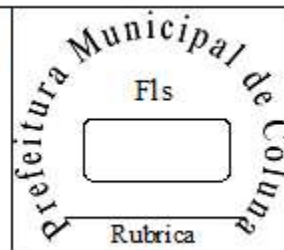
Josiane Simões da Costa

Diretora do Departamento Municipal de Esporte e Lazer



## Prefeitura Municipal de Coluna

Praça Herculano Torres, n° 13 - Centro  
Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000  
Tel: (33) 3435-1255  
<http://coluna.mg.gov.br/>



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2024**

**INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024**

### PROJETO BÁSICO

#### 01 - DO CREDENCIAMENTO

Item	Descrição do item	Modo Fornecimento	Quant
1	<b>Arbitragem para jogos de futebol de campo</b> Compreendendo o envio de equipe composta por 04 (quatro) pessoas, sendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes 01 (um) mesário, para o tempo de jogo de 90 (noventa) minutos, divididos em 02 tempos de 45 (quarenta e cinco) minutos, com 15 (quinze) minutos de intervalo entre cada tempo	Jogo	40
2	<b>Arbitragem para jogos de futsal</b> Compreendendo o envio de equipe composta por 03 (três) pessoas, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, para o tempo de jogo de 40 (quarenta) minutos, divididos em 02 tempos de 20 (vinte) minutos, com 05 (cinco) minutos de intervalo entre cada tempo	Jogo	120
Total de Quantidades Estimadas			160

#### 02 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os prestadores dos serviços, objeto deste credenciamento, deverão possuir capacidade técnica para a realização dos referidos e estar permanentemente em dia com todas suas obrigações fiscais e trabalhistas.

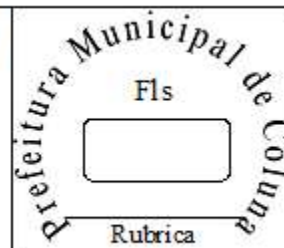
Item	Descrição do serviço	Unid.	Quantidade de jogos	Valor Unitário	Valor para Registro
1.	<b>Arbitragem para jogos de futebol de campo</b> , compreendendo o envio de equipe composta por 04 (quatro) pessoas, sendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes 01 (um) mesário, para o tempo de jogo de 90 (noventa) minutos, divididos em 02 tempos de 45 (quarenta e cinco) minutos, com 15 (quinze) minutos de intervalo entre cada tempo	Jogo	40	R\$ 330,00	R\$ 13.200,00





## Prefeitura Municipal de Coluna

Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro  
Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000  
Tel: (33) 3435-1255  
<http://coluna.mg.gov.br/>



2.	Arbitragem para jogos de futsal, compreendendo o envio de equipe composta por 03 (três) pessoas, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, para o tempo de jogo de 40 (quarenta) minutos, divididos em 02 tempos de 20 (vinte) minutos, com 05 (cinco) minutos de intervalo entre cada tempo	Jogo	120	R\$ 250,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 43.200,00	

Além disso, observarão o seguinte:

Os prestadores serão responsáveis e obrigados a utilizar todos os equipamentos obrigatórios de segurança, sendo os mesmos de sua responsabilidade;

Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para a realização dos serviços, não sendo a contratante obrigada a fornecê-los.

### 2.1 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados mediante a necessidade da Prefeitura, ou Secretaria Municipal requisitante, a qual encaminhará a Contratada a Ordem de Serviço contendo, no mínimo:

Local da realização do serviço;

Especificidade do Serviço a ser prestado;

Prazo para a conclusão;

Estimativa de valor a ser pago ao contratado;

Responsável pelo monitoramento/fiscalização;

Os materiais de construção (materiais em geral utilizados nos serviços) serão fornecidos pelo município de Itamaradiba.

### 03 - DA CONVOCAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

À medida que os interessados apresentem sua documentação, e por conseguinte sua proposta de adesão ao credenciamento, o Agente de Contratação e a sua equipe de apoio se reunirão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da Protocolização do(s) envelope(s) pelos interessados, para análise dos documentos e das propostas, e após decidirá, fundamentadamente, lavrando-se a respectiva ata, pelo deferimento ou pelo indeferimento da proposta de credenciamento. Para cada credenciado será firmado o Termo de Credenciamento.

Caso sejam credenciados mais de um interessado, a quantidade de serviços será dividida/rateada entre todos os credenciados em partes iguais.

Porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, isto é, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados, havendo número maior de credenciados em relação à quantidade de serviços a serem solicitados, a seleção **será feita pela ordem**



**cronológica de credenciamento**, entre todos os credenciados, excluindo-se sempre os contratados anteriormente.

Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal requisitante, e a contratação dos credenciados será realizada mediante “ordem cronológica de credenciamento”, em razão da inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de contrato, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, podendo haver contratações simultâneas quando for necessário ampliação das frentes de serviços com intuito de dar mais agilidade a execução dos serviços.

Nesta hipótese, após a contratação dos serviços de determinado credenciado, este será posicionado ao final da lista dos credenciados para aquele serviço (conforme o item da tabela de classificações de Serviços do Projeto Básico) e somente será contratado novamente após todos os demais credenciados para aquele item específico sejam convocados para prestação dos serviços.

Caso não haja disponibilidade do credenciado para a prestação dos serviços devidamente solicitados, quando este credenciado for o primeiro posicionado da lista, será chamado o próximo colocado da referida lista, passando o credenciado anterior para a posição final da lista de credenciados, desde que a solicitação ao referido credenciado tenha ocorrido em prazo superior a 02 (dois) dias úteis da data em que serão realizados ou terão início os serviços.

Caso a solicitação ao credenciado ocupante do primeiro lugar da lista de credenciados seja feita em prazo inferior ao estabelecido no item anterior e este credenciado não tenha disponibilidade para a prestação dos serviços solicitados, este dará a vez ao próximo da lista de credenciados, conforme ordem de classificação, mas manterá sua colocação na lista de credenciados e será o próximo a ser selecionado na referida lista, ou seja, trocará de lugar na lista de credenciados com o segundo posicionado ou com os demais, sucessivamente.

Caso todos os credenciados já tenham sido contratados uma ou mais vezes, sempre que um novo interessado se credenciar para determinado serviço, este terá prioridade de contratação sobre os demais que já se tenham sido contratados, passando o novo credenciado após esta contratação, ao final da lista de credenciados para os serviços, incluindo posteriormente, em ordem cronológica, todos os novos credenciados.

A empresa credenciada que ao ser convocada, não prestar os serviços na conformidade com as condições e prazos estabelecidos, será excluída do credenciamento.

Os serviços objeto deste credenciamento devem ser executados diretamente pelo Contratado, não podendo ser subempreitados, cedidos ou sublocados.

O município de Coluna poderá a qualquer tempo recusar os serviços no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no contrato ou aos padrões exigidos pela Administração ou pela legislação.

Os prestadores do serviço não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Coluna, sendo de responsabilidade do Contratado todos os tributos e eventuais encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções coletivas da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes.

O Contratado deverá submeter-se às condições fixadas pela Administração Municipal quanto ao comportamento, discricção e urbanidade no serviço, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, inclusive, após cessado o presente contrato.

O credenciamento importará em aceitação do mesmo pelo prestador credenciado, bem assim das demais condições fixadas para a prestação do serviço.



Correm à conta do prestador de serviço todas as despesas decorrentes desta contratação, bem como combustível, impostos, fornecimento de ferramentas, entre outros;

A Administração credenciará todos os interessados na prestação do serviço, desde que atendam às condições fixadas neste Edital.

O preço do serviço será aquele fixado pela Administração Municipal sendo que o credenciamento importará em aceitação do mesmo pelo prestador credenciado, bem assim das demais condições fixadas para a prestação do serviço.

O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

Durante o prazo de garantia, o licitante obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

O Município reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento, quando caracterizada a prestação de má qualidade, através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa.

O prestador de serviços deverá executar os serviços observando e aplicando normas e equipamentos de segurança e proteção, na forma das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Caberá ao contratado arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, diretas e indiretas, exceto o fornecimento dos materiais a serem empregados nos mesmos.

A entrega dos serviços será concretizada mediante aceite formal por parte do Município de Coluna. Em se tratando de serviços de engenharia, caberá ao engenheiro responsável técnico da administração emitir relatório específico. Para os outros tipos de serviços, o aceite será realizado por servidor municipal, especialmente designado para este fim.

#### **04 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14-02-02-27 812.0028.2100 Apoio a Campeonatos e Copas Municipais – 33903900 – Outros Serv. Terc. - P. Jurídica - 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos - 0672

#### **05 – DO PAGAMENTO**

5.1. O faturamento dos serviços/emissão da RPA pelos serviços aqui descritos será realizado pelo quantitativo de jogos executados e o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do relatório de execução de serviço, com a correta descrição dos serviços realizados e da nota fiscal dos serviços.

5.1.1. O relatório de execução de serviço deverá ser devidamente preenchido e assinado por um fiscal da CONTRATANTE, que atestará a veracidade das informações nele contidas.

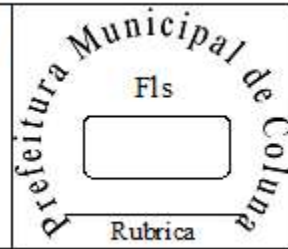
5.1.2. O relatório que se refere o item 5.1.1, será elaborado de forma simples e objetiva, com a finalidade de registro do serviço efetuado.

5.1.3. A CONTRATANTE poderá emitir nota fiscal dos serviços prestados pela CONTRATADA, mediante autorização desta.



## **Prefeitura Municipal de Coluna**

Praça Herculano Torres, n° 13 - Centro  
Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000  
Tel: (33) 3435-1255  
<http://coluna.mg.gov.br/>



5.2. O pagamento deverá ser efetuado através de conta corrente ou poupança informada pelo prestador do serviço.

5.3. É vedado à Contratada cobrar diretamente do usuário qualquer importância sobre os serviços prestados, concernentes aos procedimentos autorizados pela Contratante.

## **06. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

### **06.1. Habilitação Jurídica:**

- a) Certificado da condição de Microempreendedor Individual;
- b) Contrato Social da Empresa
- c) Documento de Identificação com foto.

### **06.2. Qualificação Econômica – Financeira:**

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

### **06.3. Regularidade Fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014 – CND FEDERAL;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual – CND ESTADUAL;
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei – CND MUNICIPAL;
- e) prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei – CRF - FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT – CND TRABALHISTA;
- g) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.





#### 06.4 - Demais Condições:

Será realizada a **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Cadastro de Pessoas Inidôneas)** junto ao portal do TCU, obtido através do link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, promovendo-se a **INABILITAÇÃO dos licitantes que apresentarem restrições em licitar ou contratar com a Administração Pública.**

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação. Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

#### 7 – FISCAL DO CONTRATO

A CONTRATANTE é obrigada a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de servidor responsável escolhido pela Administração, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

A fiscalização será exercida no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

Fica nomeada a senhora Josiane Simão da Costa – Diretora do Departamento Municipal de Esportes e Lazer, como responsável pela fiscalização do contrato, ficando a mesma responsável por proceder todos os trâmites para o recebimento dos serviços, inclusive nomeando demais engenheiros de sua equipe para que os mesmos possam também realizar a fiscalização e execução dos serviços, emitindo as notificações quando houver inconsistência ou irregularidade na execução do contrato.

Coluna- MG, 04 de março de 2024

Josiane Simões da Costa

Diretora do Departamento de Esportes e Lazer

## ANEXO II - PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de COLUNA

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_ (dados completos: nome, nacionalidade, estado civil, CPF, Carteira de Identidade, endereço), representante legal da empresa \_\_\_\_\_, tendo pelo conhecimento dos termos do edital do Processo nº 005/2024 - Inexigibilidade nº 001/2024 destinando ao Credenciamento de empresa para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos, conforme descrito no Termo de Referência anexo I do edital, na forma da legislação em vigor, vem manifestar adesão às cláusulas e condições nele contidas para a prestação de tais serviços, fazendo-o nos seguintes termos:

1. A presente proposta se refere à prestação de serviços abaixo assinalada(s), de conformidade com as necessidades da Prefeitura Municipal de Coluna.

Item	Descrição Dos Serviços	Unidade	Quant	Valor Estabelecido	Assinale O Serviço Desejado Que Credenciar	A
1	<b>Arbitragem para jogos de futebol de campo</b>  Compreendendo o envio de equipe composta por 04 (quatro) pessoas, sendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes 01 (um) mesário, para o tempo de jogo de 90 (noventa) minutos, divididos em 02 tempos de 45 (quarenta e cinco) minutos, com 15 (quinze) minutos de intervalo entre cada tempo	Jogo	40	R\$ 330,00		
2	<b>Arbitragem para jogos de futsal</b>  Compreendendo o envio de equipe composta por 03 (três) pessoas, sendo 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário, para o tempo de jogo de 40 (quarenta) minutos, divididos em 02 tempos de 20 (vinte) minutos, com 05 (cinco) minutos de intervalo entre cada tempo	Jogo	120	R\$ 250,00		

	<p><b>Prefeitura Municipal de Coluna</b>  Praça Herculano Torres, n° 13 - Centro  Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000  Tel: (33) 3435-1255  <a href="http://coluna.mg.gov.br/">http://coluna.mg.gov.br/</a></p>	<p>Prefeitura Municipal de Coluna</p> <p>Fls</p> <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 30px; margin: 0 auto;"></div> <p>Rubrica</p>
--	---	--

2. Os serviços prestados serão remunerados de acordo com os valores previamente definidos no edital do processo referido acima.

3. O faturamento dos serviços/emissão da RPA pelos serviços aqui descritos será realizado mensalmente e o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do relatório de execução de serviço, com a correta descrição dos serviços realizados e da nota fiscal dos serviços, através de depósito em conta bancária, informada abaixo:

Dados Bancários: Banco: ..... Agência: ..... Conta N°: .....

4. A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de assinatura.

5. O proponente se declara apto do ponto de vista jurídico, econômico, técnico e operacional para os serviços que integram esta proposta.

6. Declaro irrestrita concordância com os termos do edital e respectivos anexos.

Sendo assim, solicitamos o credenciamento.

Local e data.

(nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal)

	<p><b>Prefeitura Municipal de Coluna</b>  Praça Herculano Torres, n° 13 - Centro  Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000  Tel: (33) 3435-1255  <a href="http://coluna.mg.gov.br/">http://coluna.mg.gov.br/</a></p>	<p>Prefeitura Municipal de Coluna</p> <p>Fls</p> <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 30px; margin: 0 auto;"></div> <p>Rubrica</p>
--	---	--

### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024

O (Nome Do Credenciante), com sede no (endereço), inscrita no CNPJ/CPF sob no nº \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu sócio/procurador in fine assinado, devido ao interesse em participar do Credenciamento em epígrafe que se encontra autuado no processo administrativo acima indicado, cujo objeto é: Credenciamento de empresa para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos, conforme descrito no Termo de Referência anexo I do edital, na forma da legislação em vigor, **conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- a) Até a presente data, não foi considerado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não mantendo em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, **salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.**
- c) O(A) Sr(a) \_\_\_\_\_ (nome do(a) responsável), não pertence ao quadro de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, observando o disposto no art.14º, inciso da Lei Federal n. 14.133/2021.
- d) Dispõe de equipe técnica habilitada e capacitada a realizar os serviços solicitados;
- e) Responsabiliza-se pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente, e que concorda em prestar serviços objeto deste edital em local determinado pela administração municipal, aceitando receber os valores constantes na Tabela que compõe o subitem 1.1 do termo de referência, Anexo I do edital, vigente à época da execução dos serviços.
- f) Declara a inexistência de fato superveniente impeditivo de contratação com o poder público.

Local e data.

(nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal)





**ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**TERMO DE CONTRATO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE COLUNA, E .....**

**“CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COLUNA, E A \_\_\_\_\_**

Por este instrumento de contrato que entre si fazem, de um lado, MUNICIPIO DE COLUNA, pessoa de direito público, inscrita sob CNPJ 18.307.397/000124, situada à Praça Herculano Torres, nº 13, Centro- Coluna - MG, CEP: 39.770-000, neste ato representado por seu Prefeito o senhor Sady ribeiro Damas, portador do CPF 619.115.266-34, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado,

\_\_\_\_\_, neste instrumento, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado o presente CONTRATO para Prestação dos serviçosadiante discriminado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 – A presente contratação decorre do Processo nº 005/2024 – Chamamento Público para Credenciamento – Inexigibilidade nº 001/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES**

2.1 DO OBJETO: - Constitui o objeto o Credenciamento de empresa para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos, nas seguintes condições, especificações e forma a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALORUNIT.
1		
2		

**2.2 - LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO:**

6.1. Os serviços serão executados mediante a necessidade da Prefeitura, ou Departamento Municipal requisitante, a qual encaminhará a Contratada a Ordem de Serviço contendo, no mínimo:



- 2.1.1. Local da realização do serviço;
- 2.1.2. Especificidade do Serviço a ser prestado;
- 2.1.3. Prazo para a conclusão;
- 2.1.4. Estimativa de valor a ser pago ao contratado;
- 2.1.5. Responsável pelo monitoramento/fiscalização.

2.2. Os serviços serão prestados nas localidades na sede do município, distritos e comunidades rurais diversas, observando uma lista de revezamento entre os credenciados, que será elaborada por ordem de credenciamento, ao fim do prazo de credenciamento, ficando vedada a prestação de outros serviços que não aqueles estabelecidos previamente.

2.3. A lista observará a ordem do credenciamento e será rotacional, retornando ao primeiro da lista ao fim do transcurso desta.

2.4. Havendo novos credenciados, estes irão para o fim da lista de revezamentos estabelecida e atenderão ao revezamento entre os demais credenciados.

2.4.1. Os serviços serão solicitados ao credenciado escalado, mediante contato telefônico, ou outro meio.

2.4.2. Caso o credenciado escalado não possa cumprir o compromisso, será convocado o seguinte da lista, sendo o desistente jogado para o fim da lista.

2.4.3. Os serviços objeto deste credenciamento devem ser executados diretamente pelo Contratado, não podendo ser subempreitados, cedidos ou sublocados.

2.4.4. A Contratante poderá a qualquer tempo recusar os serviços no todo ou em parte, sempre que não atenderem ao estipulado no contrato ou aos padrões exigidos pela Administração ou pela legislação.

2.4.5. Os prestadores do serviço não terão qualquer vínculo empregatício com o Município de Coluna, sendo de responsabilidade do Contratado todos os tributos e eventuais encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes das relações de trabalho, bem como o cumprimento das convenções coletivas da categoria e de todos os dispositivos legais pertinentes.

2.4.6. O Contratado deverá submeter-se às condições fixadas pela Administração Municipal quanto ao comportamento, discricção e urbanidade no serviço, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, inclusive, após cessado o presente contrato.

2.4.7. O credenciamento importará em aceitação do mesmo pelo prestador credenciado, bem assim das demais condições fixadas para a prestação do serviço.

2.4.8. Correm à conta do prestador de serviço todas as despesas decorrentes desta contratação, bem como combustível, impostos, fornecimento de ferramentas, entre outros;

2.4.9. A Administração credenciará todos os interessados na prestação do serviço, desde que atendam às condições fixadas neste Edital.

2.4.10. O preço do serviço será aquele fixado pela Administração Municipal sendo que o credenciamento



importará em aceitação do mesmo pelo prestador credenciado, bem assim das demais condições fixadas para a prestação do serviço.

2.4.11 - O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

2.4.12 - Durante o prazo de garantia, o licitante obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

2.4.13 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento, quando caracterizada a prestação de má qualidade, através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa.

2.4.14 - O prestador de serviços deverá executar os serviços observando e aplicando normas e equipamentos de segurança e proteção, na forma das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

2.4.15 - Caberá ao contratado arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, diretas e indiretas, exceto o fornecimento dos materiais a serem empregados nos mesmos.

2.4.16 - A entrega dos serviços será concretizada mediante aceite formal por parte do Município de Coluna. Em se tratando de serviços de engenharia, caberá ao engenheiro responsável técnico da administração emitir relatório específico. Para os outros tipos de serviços, o aceite será realizado por servidor municipal, especialmente designado para este fim.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas com a presente licitação correrão a conta do recurso financeiro do tesouro Municipal, alocado nos orçamentos vigentes, nas seguintes dotações:

14-02-02-27 812.0028.2100 Apoio a Campeonatos e Copas Municipais – 33903900 – Outros Serv. Terc. - P. Jurídica - 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos - 0672

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT.
1		
2		

### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O faturamento dos serviços/emissão da RPA pelos serviços aqui descritos será realizado por jogos executados e o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do relatório de execução de serviço, com a correta descrição dos serviços realizados e da nota fiscal dos serviços.



5.2 - O relatório de execução dos serviços deverá ser devidamente preenchido e assinado por um fiscal da CONTRATANTE, que atestará a veracidade das informações nele contidas.

5.3 É vedado à CONTRATADA cobrar diretamente do usuário qualquer imortância sobre os serviços prestados, concernentes aos procedimentos autorizados pela CONTRATANTE.

5.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento sustado até que a licitante providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Município.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao credenciado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.6 - É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com as contribuições para a Previdência Social (INSS), Fazenda Pública deste Município e demais exigida em lei.

5.7 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento: I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato e;

II – se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento dos materiais, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada do pagamento eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

5.8 – Fica expressamente vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela de preços adotada.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 – O objeto será prestado pela contratada, conforme cláusula segunda.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1 - São obrigações da CONTRATADA:

I – Responsabilizar integralmente pelo serviço solicitado pelo CONTRATANTE, arcando com todo prejuízo que a mesma vier a sofrer em decorrência prazo pactuado;

II – Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a servidores desta ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

III – Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões que fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores inicialmente contratados;

IV – Responder por todo o ônus, tais como salário, encargos sociais e legais, uniformes, ferramentas, impostos, seguro, vale-transporte e outros relativos aos seus empregados, e por quaisquer acidentes que possam a vir a ser vítimas seus empregados e seus prepostos;





V – Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências do CONTRATANTE;

VI – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações;

VII – Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejarem a sua habilitação e qualificação no certame;

VIII – Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outrem;

IX – Não delegar ou transferir a execução deste contrato a terceiros, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

X – Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

XI – Efetuar a prestação do serviço, no prazo e locais indicados pela Secretaria Municipal de obras, em estrita observância das especificações do Edital e do presente contrato;

#### 7.2 – São obrigações do CONTRATANTE:

I – Proporcionar todas as facilidades a boa execução do contrato;

II – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; III – Fornecer por escrito às informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, objeto do contrato;

IV – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

V – Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do contrato, O CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação, as seguintes sanções, sem prejuízo da Rescisão Contratual:

I – Advertência;

II – Multa de 2 % (dois por cento) sob o valor total do Contrato/Nota de Empenho;

III – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração



pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada, com baseno item III;

8.2 - Se o valor da multa não for recolhido pela CONTRATADA, será automaticamente descontado do pagamento a que fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município de Coluna-MG e cobrado judicialmente;

8.3 - A CONTRATADA que se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento da obrigação assumida, será aplicada a multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo o CONTRATANTE convidar a aceitar o Contrato/Nota de Empenho as demais licitantes, na sua ordem de classificação.

#### CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 - O presente contrato vigorará até 31/12/2024, podendo ser prorrogado, de acordo com a Lei 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto deste pacto ficará a cargo de servidor do Departamento Municipal de Esporte e Lazer.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Caberá, ainda, ao CONTRATANTE, providenciar a publicação do presente contrato em seu órgão de Imprensa Oficial (Quadro de Avisos nos termos do Art. 87 da lei Orgânica Municipal).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - Constituem motivos para rescisão do contrato:

I – o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais especificações e prazos; II – a paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; III – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

IV – Prestação inadequada do serviço, apresentando sem qualidade técnica a ser apurada pela Administração quando da sua execução;

V – a decretação de falência;

VI – a dissolução do MICROEMPREENDEDOR;

VII – a alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

VIII – razões de interesse público;

IX – a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e



vinete) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

X – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XI – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

12.2 - A rescisão do contrato poderá ser:

I – Determinada unilateralmente e escrito do CONTRATANTE, nos casos previstos na Lei 8.666/1993;

II – Amigável, por acordo entre as partes, mediante formalização de aviso prévio e com antecedência; III – Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO E CASOS OMISSOS

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São João Evangelista/MG, para dirimir eventuais dúvidas ou questões emergentes oriundas do presente Contrato.

13.2 - Nos casos omissos serão aplicadas as regras da Lei 14.133/21 e suas alterações, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os princípios Gerais dos Contratos.

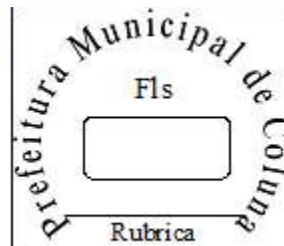
E, por estarem de comum acordo, firmam o contrato em 02 (duas) vias.

Coluna, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2024



## Prefeitura Municipal de Coluna

Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro  
Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000  
Tel: (33) 3435-1255  
<http://coluna.mg.gov.br/>



### AVISO DE LICITAÇÃO

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLUNA**

**REQUISITANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

### OBJETO:

Credenciamento de empresa para prestação de serviços de equipe de arbitragem (campo e futsal), composta por arbitro, auxiliares, anotador, mesário e munida de todos os equipamentos, conforme descrito no Termo de Referência anexo I do edital, na forma da legislação em vigor

### RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO:

**INÍCIO:** 07/03/2024

**TÉRMINO:** Enquanto houver a necessidade dos serviços

**LOCAL:** através do e-mail ou no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Coluna, localizada a Praça Herculano Torres, nº 13, Centro, Coluna/MG

**Modo de seleção:** paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

### DATA, HORA e LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio, [www.coluna.mg.gov.br](http://www.coluna.mg.gov.br) e no site da empresa Licitat Digital, bem como na sede da Prefeitura Municipal de Coluna, no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de segunda a sexta feira, ou solicitado através do e-mail: [licitacao@coluna.mg.gov.br](mailto:licitacao@coluna.mg.gov.br).

Coluna, 04 de março de 2024.

Denise Lemes de Oliveira Vieira  
Agente de Contratações

*CERTIFICO para os devidos fins que este documento foi publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Coluna/MG (Órgão de Imprensa Oficial do Município de Coluna nos termos do Art. 87 da Lei Orgânica Municipal).  
O referido é verdade e dou fé.*

Coluna, 04/03/2024

Denise L.O. Vieira – Agente de Contratação



## Prefeitura Municipal de Coluna

Praça Herculano Torres, nº 13 - Centro  
Coluna - Minas Gerais - CEP: 39.770-000

Tel: (33) 3435-1255

<http://coluna.mg.gov.br/>

